

Congresso critica as privatizações

Brasília — As alterações no Imposto de Renda, a privatização e a desestatização de empresas sob o controle do governo foram os principais pontos do pacote econômico mais criticados ontem no Congresso Nacional. A privatização tal como foi proposta foi criticada até por parlamentares do PMDB e PFL. O PDT através de uma nota oficial disse que vai lutar para a prorrogação da sessão legislativa.

O argumento do PDT é que o tempo para discutir o pacote proposto pelo governo é muito pequeno — cinco dias — e o Executivo ao proceder dessa maneira está imitando a Velha República numa prática que "amesquinha e agride o Legislativo, impedido, pela absoluta falta de tempo, de realizar os estudos sobre os projetos e propor as emendas ditadas pelos interesses da Nação e dos assalariados".

A devolução parcelada do Imposto de Renda também foi criticada pelo PDT, e o senador Roberto Campos (PDS-MT) distribuiu uma nota onde aponta incorreções nas alterações da legislação do Imposto de Renda. Segundo o senador matogrossense, "o incremento da tributação sobre as pessoas jurídicas é injusta, pois pune mais os que já pagam, estimulando a sonegação. No entender de Roberto Campos, a proposta não atende ao propósito de redistribuir a renda, pois acaba punindo o consumidor assalariado, ao qual é, finalmente, transferido o ônus do imposto. Segundo Campos, a medida se aprovada irá reduzir a poupança das empresas e, portanto, o nível de empregos e investimentos.

O senador Roberto Campos afirma na nota distribuída à imprensa que o governo procura embelezar cosmeticamente o pacote, alegando alívio da tributação sobre as classes de renda baixa e destinação social do pacote de investimentos.

Primeira derrota

Os atropelos, no primeiro dia de tramitação do pacote no Congresso, começaram, na verdade, pela manhã, quando as bancadas do PMDB e o PFL tentaram, inutilmente, votar o "requerimento de urgência" para que ele pudesse ser votado na sessão vespertina ou noturna. O requerimento não foi aprovado por falta de quorum, tendo a votação registrado apenas 112 votos favoráveis, 54 contrários e duas abstenções, num total de 168 deputados. Eram necessários, pelo menos, 240 em plenário.

O grupo do PDS, liderado pelo deputado Amaral Neto (PDS-RJ) vice-líder dissidente do seu partido, comandou a obstrução ao projeto do governo de nada valendo as tentativas do líder do PMDB, Pimenta da Veiga. Apesar da pequena presença em plenário, todos os deputados apanharam as cópias do pacote na sessão de avulsos da Câmara, ainda cedo — os 400 exemplares que chegaram às 8h30min esgotaram-se, três horas depois, em tempo recorde.

Isso não significou, contudo, que todos tivessem tempo ou disposição para leitura. "Vou ler ainda e sei que não vou entender. Este pacote é muito complicado, é coisa para técnico", lamentava, à tarde, o líder do PDS na Câmara, Prisco Viana. "Não li, nem quero ler, porque vi aquele menino falando, o Funaro, e notei que não mudou nada neste governo", protestava o deputado Agenor Maria (PMDB-RN).

Com a perda da sexta-feira e a paralização do fim de semana, torna-se ainda mais exíguo o prazo para votação do pacote, já que o Congresso entra em recesso na quinta-feira, dia 5, e não há disposição da Presidência da Câmara e do Senado de prorrogarem os trabalhos.

Em vista dos embarços, voltaram os comentários de que o presidente José Sarney poderá valer-se do decreto-lei para aprovar o conjunto de medidas. O próprio Pimenta da Veiga, mesmo argumentando não ser este o desfecho ideal, não refutava a possibilidade.